

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

<i>Relação dos Membros dos Plenários – Presentes</i>	
<i>Entidade</i>	<i>Nome</i>
4ª Cia de Polícia Ambiental	Fábio da Nóbrega
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski
ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão
ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto
AEJ	Luiz Carlos Piccione
AFOCAPI	p/ Rodrigo Cristofolletti
ASSEMAE	Marco Antônio dos Santos
	Martim de França Silveira Ribeiro
	Paulo Roberto Szeligowski Tinel
	Marcello César Lino
CETESB	Adilson José Rossini
CIESP - DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno
CIESP - DR Indaiatuba	Alexandre Luis Almeida Vilella
CIESP - DR Limeira	Jonas Vitti
CIESP - DR Piracicaba	p/Alexandre Luis Almeida Vilella
CODASP	Thomas Henrique da Cunha Daroz
Consórcio PCJ	Jussara Cordeiro Santos
COPASA	p/ Laene Fonseca Vilas Boas
DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia
	Felipe Gobet de Aguiar
FIEMG	Laene Fonseca Vilas Boas
FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella
Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco
INEVAT	Francisco Antonio Moschini
IPÊ	Andrea Pupo Bartazini
IPSA-C	Waldemar Bóbbo
Movimento Resgate o Cambuí	Teresa Cristina Moura Penteadó
P.M. de Amparo	Laura Petri Geraldino
P.M. de Artur Nogueira	Rodrigo Fernando Garcia
P.M. de Bragança Paulista	Amauri Sodrê da Silva
P.M. de Cabreúva	Rosimeire Rabelo Santos Timporim
	Rogério Menezes
P.M. de Campinas	Sílvio Luiz Baccarin
P.M. de Cosmópolis	José Nazareno Zezé Gomes
P.M. de Hortolândia	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Holambra	Doroti de Fátima Zem
	José Antonio de Campos
P.M. de Ipeúna	Gabriel Augusto Campos
	Gabriel Augusto Campos
P.M. de Itirapina	Alípio Marques Júnior
P.M. de Jaguariúna	p/ Aline Granghelli Catão
P.M. de Jundiá	p/ Martim de França Silveira Ribeiro
P.M. de Limeira	Paulo Trigo Ferreira
P.M. de Louveira	Nicolau Finamore Junior

P.M. de Monte Mor	Rogério Maluf
P.M. de Mogi Mirim	Evandro Antonio Trentim
P.M. de Piracicaba	José Rubens Françoso
	Barjas Negri
P.M. de Rafard	Guilherme Campo Pagotto
P.M. de Rio das Pedras	Daniel Gonçalves
P.M. de Rio Claro	Márcio Afonso Brunini
	Antônio Carlos Defavari
	Ariella Machado de Oliveira Montebello
	Hélio Franzol Bernadino
P.M. de Saltinho	Carlos Alberto Lisi
	p/ Francisco Antonio Moschini
P.M. de Salto	Gabriel Augusto Campos
P.M. de Santa Gertrudes	Hélio Donizete Zanatta
P.M. de São Pedro	Thiago Silvério da Silva
	Vlami de Jesus Sandei
P.M. de Tietê	Damião Aparecido do Couto
P.M. de Toledo	Pâmela Yurika Nishizaki
P.M. de Tuiuti	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi
Rotary International - D4590	Denis Herisson da Silva
SAA	Hélio Rubens G. Figueiredo
SABESP	Antônio Carlos Teixeira
	Fábio Augusto Negreiros
Secretaria da Educação	Marco César Prado
Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
	Gabriel Chamma Júnior
Secretaria de Desenvolvimento Regional	Alexandre Roberto Seabra Dutra
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	André Luiz Sanchez Navarro
	Luiz Roberto Moretti
Sindicato Rural de Campinas	Luís Fernando Amaral Binda
Sindicato Rural de Extrema	p/ Sidney José da Rosa
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi
SINMEC	p/ Damião Aparecido do Couto
SNSH/MDR	Roseli dos Santos Souza
UNICA	André Elia Neto
<i>Relação dos Membros dos Plenários com Ausência Justificada</i>	
<i>Entidade</i>	<i>Nome</i>
Secretaria de Esportes	Solange Guerra Bueno
P.M. de Americana	Carlos Cesar Gimenez Zappia

Aos vinte e seis dias do mês de julho de 2019, nas dependências do Centro Cultural e Recreativo "Deputado João Hermann Neto", em Saltinho/SP, realizou-se a 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ; PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), registrando-se a participação de 154 (cento e cinquenta e quatro) pessoas, entre representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

dos Governos dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais e do Governo Federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários – Presentes” apresentada acima, e público em geral, registrados em livro próprio. **1. Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Barjas Negri (Prefeito Municipal de Piracicaba/SP, Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL e Presidente da Aglomeração Urbana de Piracicaba/SP); Marco Antônio dos Santos (Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL); Damião Aparecido do Couto (Vice-presidente do CBH-PJ1); Carlos Alberto Lisi (Prefeito Municipal de Saltinho/SP); José Antônio de Campos (Prefeito Municipal de Ipeúna/SP); Helio Donizete Zanatta (Prefeito Municipal de São Pedro/SP); Vlamir de Jesus Sandei (Prefeito Municipal de Tietê/SP); Antônio Carlos Defavari (Prefeito Municipal de Rio das Pedras/SP); Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL); Sidney José da Rosa (Secretário-executivo do CBH-PJ1); André Luiz Sanchez Navarro (Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ); Laene Fonseca Vilas Boas (Secretária-executiva Adjunta do CBH-PJ1) e Sergio Razera (Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ). **2. Abertura:** Dando início à reunião, os integrantes da mesa tomaram seus lugares e todos os presentes foram convidados a ouvir e cantar o Hino Nacional Brasileiro. **2.1. Saudações iniciais dos membros da mesa:** Na sequência, o Cerimonial passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou os presentes e desejou a todos um ótimo trabalho. Em seguida, o Sr. Carlos Alberto Lisi, Prefeito Municipal de Saltinho/SP, anfitrião da reunião, cumprimentou a mesa diretiva e recebeu os presentes com boas-vindas ao município de Saltinho/SP, desejando a todos uma excelente reunião. Posteriormente, o Sr. José Antônio de Campos, Prefeito Municipal de Ipeúna/SP, cumprimentou a todos, desejando uma manhã produtiva de trabalho. Na sequência, o Sr. Helio Donizete Zanatta, Prefeito Municipal de São Pedro/SP, cumprimentou o Presidente dos Comitês PCJ, Sr. Barjas Negri e os demais presentes, agradeceu ao Prefeito Municipal de Saltinho/SP, Sr. Carlos Alberto Lisi, pela hospitalidade, e desejou a todos uma proveitosa reunião. Em seguida, o Sr. Vlamir de Jesus Sandei, Prefeito Municipal de Tietê/SP, cumprimentou o Presidente dos Comitês PCJ, Sr. Barjas Negri, estendendo seus cumprimentos à mesa diretiva e aos demais presentes e, por fim, desejou um bom trabalho a todos. Posteriormente, o Sr. Antônio Carlos Defavari, Prefeito Municipal de Rio das Pedras/SP, cumprimentou os presentes, em especial o Sr. Barjas Negri, Presidente dos Comitês PCJ, agradeceu ao Prefeito Municipal de Saltinho/SP, Sr. Carlos Alberto Lisi, pela recepção, e desejou a todos uma excelente reunião. Na sequência, o Sr. Damião Aparecido do Couto, Vice-presidente do CBH-PJ1, cumprimentou todos os presentes, desejando uma proveitosa reunião.

Ulteriormente, o Sr. Marco Antônio dos Santos, Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, cumprimentou os presentes, desejando uma ótima reunião. Por fim, o Prefeito Municipal de Piracicaba/SP, Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL e Presidente da Aglomeração Urbana de Piracicaba/SP, Sr. Barjas Negri, cumprimentou e agradeceu a presença dos prefeitos, com menção especial ao Prefeito Municipal de Saltinho/SP, Sr. Carlos Alberto Lisi, anfitrião da reunião, pela hospitalidade e a cessão do espaço, estendendo seus cumprimentos aos Vice-prefeitos e demais presentes, desejando uma excelente reunião a todos. Com a autorização dos Presidentes dos Comitês PCJ, o Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, Sr. Luiz Roberto Moretti, passou a conduzir os trabalhos nominando as entidades representadas na reunião e confirmando a existência de quórum nos três comitês. **3. Informes: 3.1. da Diretoria dos Comitês PCJ: a)** No dia 26 de julho, foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) duas Deliberações *Ad Referendum* dos Presidentes dos Comitês PCJ para ao encaminhamento de questões administrativas, sendo estas: **i)** Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 320/2019, de 19/07/2019, que “empossa representantes do Governo Federal no plenário do PCJ FEDERAL, altera a redação do Inciso I, do Artigo 1º, da Deliberação dos Comitês PCJ nº 318/2019, e dá outras providências”. Segundo o Inciso I, do Artigo 8º do Regimento Interno do PCJ FEDERAL, são disponibilizadas 03 (três) vagas do plenário do PCJ FEDERAL para órgãos ou entidades do Governo Federal. Visto que até a 23ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, na qual ocorreu a eleição e posse dos membros dos plenários e da diretoria do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, havia sido encaminhada a indicação de representantes para apenas uma das três vagas disponíveis, foi estabelecido, no Artigo 5º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 319/2019, que os representantes para as demais vagas disponibilizadas aos órgãos e entidades do Governo Federal deveriam ser indicados posteriormente. Nesse sentido, a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ recebeu, em 12/07/2019, o Ofício nº 488/2019/SNSH/MDR, por meio do qual a Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH) do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) formalizou a indicação de representantes para mais uma vaga no plenário do PCJ FEDERAL. Portanto, para viabilizar a participação, como membros, dos representantes recém-indicados para o Plenário do PCJ FEDERAL, a tempo de receberem a convocação da presente reunião plenária, emitiu-se a referida Deliberação *Ad Referendum* empossando tais representantes para comporem uma das vagas do Plenário do PCJ FEDERAL, alterando, assim, a redação do Inciso I, do Artigo 1º, da Deliberação dos Comitês PCJ nº 318/2019, de 28/06/2019, e revogando o Artigo 5º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 319/2019, de 28/06/2019. Restou ainda uma vaga em aberto para recebimento de indicações provenientes do Governo

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

Federal; **ii)** Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 321/2019, de 19/07/2019, que “prorroga o suporte logístico e operacional pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ às atividades das câmaras técnicas até a aprovação dos Planos de Trabalho referentes ao mandato 2019-2021 e ajusta a redação do Artigo 12 da Deliberação dos Comitês PCJ nº 039/2009”. Está prevista na Deliberação dos Comitês PCJ nº 039/2009, de 28/08/2009, a elaboração de Plano de Trabalho das CTs, compatível com o Plano de Bacias e o cronograma de trabalho dos Comitês PCJ. O Plano de Aplicação Plurianual das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP-PCJ) 2017-2020, prevê o atendimento às ações previstas nos Planos de Trabalho das CTs dos Comitês PCJ. Tendo em vista que a Deliberação dos Comitês PCJ nº 283/2017, que aprovou os Planos de Trabalho das CTs para o mandato 2017-2019, previu ações até maio de 2019, com a previsão inicial para renovação da composição das CTs para o mandato 2019-2021 no início de junho/2019, e que, em caráter extraordinário, o mandato dos atuais membros e coordenações das CTs foi prorrogado até 18/07/2019, por meio do Artigo 8º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 317/2019, tornou-se necessária formalização de deliberação prorrogando do suporte logístico e operacional pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ às atividades das Câmaras Técnicas, compreendendo o período até a aprovação dos Planos de Trabalho referentes ao mandato 2019-2021, a ocorrer em dezembro de 2019, na próxima reunião plenária. Assim, esta Deliberação *Ad Referendum*, além de prorrogar o suporte logístico e operacional às atividades das CTs, garantindo o custeio dos membros em eventos internos e externos à área de atuação das Bacias PCJ, por meio de recursos disponibilizados à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ no Plano de Aplicação Plurianual - PAP PCJ 2017-2020, altera o Artigo 12 do Anexo I da Deliberação dos Comitês PCJ nº 039/2019, estabelecendo que a vigência dos próximos Planos de Trabalho se estenderá até a consolidação e aprovação, pelos Comitês PCJ, dos Planos de Trabalho do mandato seguinte. Ambas as Deliberações *Ad Referendum* serão apreciadas e referendadas pelo plenário na próxima reunião dos Comitês PCJ, prevista para 13/12/2019; **b)** No dia 18/07/2019, em Piracicaba/SP, a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ realizou a reunião de renovação da composição das 11 (onze) Câmaras Técnicas temáticas dos Comitês PCJ, na qual ocorreu a posse dos órgãos e das entidades, bem como de seus representantes indicados para composição das CTs durante o mandato 2019-2021, bem como a eleição das coordenações das CTs. A composição dos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), por sua vez, foi realizada no dia 28 de junho durante a 23ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, juntamente com a renovação dos Plenários dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL). Após a reunião de renovação, definiram-se as seguintes composições e a coordenações das Câmaras Técnicas para o mandato 2019-2021:

Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) – Coordenadora: Srª. Sibele Ezaki, representante do Instituto Geológico (IG/SIMA), Coordenador-adjunto: Sr. José Luiz Albuquerque Filho, representante do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Secretária: Srª. Júlia Octaviano Noale, representante do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). A CT-AS tem em sua atual composição 40 (quarenta) órgãos e entidades e 108 (cento e oito) representantes indicados; Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) - Coordenadora: Srª. Ana Lúcia F. R. Vieira, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Coordenador-adjunto: Sr. Fernando César Grion, representante da Diretoria de Ensino de Piracicaba/SP, Secretária: Srª. Maria Karolina da Silva Tamberlini, representante da Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista/SP. A CT-EA tem em sua atual composição 45 (quarenta e cinco) órgãos e entidades e 117 (cento e dezessete) representantes indicados; Câmara Técnica de Integração e Difusão de Tecnologias (CT-ID) – Coordenador: Sr. Tadeu Fabrício Malheiros, representante da Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo (EESC-USP), Coordenador-adjunto: Sr. Luiz A. C. e Silva Brasi, representante do Rotary International – D4590, Secretária: Srª. Dafne Córrea da Silva, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-SP). A CT-ID tem em sua atual composição 19 (dezenove) órgãos e entidades e 44 (quarenta e quatro) representantes indicados; Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria) – Coordenador: Sr. Jorge Antonio Mercanti, representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Diretoria Regional de Campinas/SP (CIESP DR Campinas), Coordenador-adjunto: Jorge Marino Galgaro, representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Diretoria Regional de Campinas/SP (CIESP DR Campinas), Secretário: Sr. Anderson Munhos Bandeira, representante da Miracema-Nuodex. A CT-Indústria tem em sua atual composição 31 (trinta e uma) órgãos e entidades e 68 (sessenta e oito) representantes indicados; Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) – Coordenador: Sr. Alexandre Luís Almeida Vilella, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Coordenador-adjunto: Sr. Paulo Roberto S. Tinel, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Secretário: Sr. Luís Filipe Rodrigues, representante da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA Campinas). A CT-MH tem em sua atual composição 39 (trinta e nove) órgãos e entidades e 116 (cento e dezesseis) representantes indicados; Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) - Coordenadora a Srª. Cecília de Barros Aranha, representante do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), Coordenadora-adjunta: Srª. Ednéa Aparecida Parada, representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB),

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

- 245 Secretária: Sr^a. Ariana Rosa Bueno Damiano, representante do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). A CT-OL tem em sua atual composição 46 (quarenta e seis) órgãos e entidades e 131 (cento e trinta e um) representantes indicados;
- 250 Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB) – Coordenador: Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), Coordenadora-adjunta: Sr^a. Raquel Eliana Metzner, representante do Instituto de Proteção Sócio-Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C), Secretária: Sr^a. Tarciani Benedita Baia Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE). A CT-PB tem em sua atual composição 39 (trinta e nove)
- 255 órgãos e entidades e 95 (noventa e cinco) representantes indicados; Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN) - Coordenador o Sr. João José A. de Abreu Demarchi, representante do Instituto de Zootecnia (IZ), Coordenador-adjunto: Sr. Henrique Bellinaso, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), Secretária: Sr^a. Claudia Grabher, representante do Instituto de Estudos Vale do Tietê (INEVAT). A CT-RN tem em sua atual composição 51 (cinquenta e uma)
- 260 órgãos e entidades e 135 (cento e trinta e cinco) representantes indicados; Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-RURAL) – Coordenador: Sr. João Primo Baraldi, representante do Sindicato Rural de Rio Claro/SP, Coordenador-adjunto: Sr. Nilton Piccin, representante do Sindicato Rural de Limeira/SP, Secretário: Sr. Maurício Magossi, representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). A CT-Rural tem em sua atual composição 62 (sessenta e duas) órgãos e entidades e 134 (cento e trinta e quatro) representantes indicados; Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) – Coordenadora: Sr^a. Ariella M. de Oliveira Montebello, representante da Prefeitura Municipal de Saltinho/SP, Coordenador-adjunto: Sr. Luís Eduardo G. Grisotto, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-SP), Secretário: Sr. Murilo Cesar Merloto, representante da Prefeitura Municipal de Rio das Pedras/SP. A CT-SA tem em sua atual composição 46 (quarenta e seis) órgãos e entidades e 129 (cento e vinte e nove) representantes indicados; Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) – Coordenadora: Sr^a. Lúcia Vidor de Sousa Reis, representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), Coordenadora-adjunta: Sr^a. Luciana de Souza, representante do Instituto de Proteção Sócio-Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C), Secretária: Sr^a. Dilza Aparecida Nalin de Oliveira Leite, representante do Instituto de Proteção Sócio-Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C). A CT-SAM tem em sua atual composição 25 (vinte e cinco) órgãos e entidades e 63 (sessenta e três) representantes indicados. A Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) é composta por 74 (setenta e quatro) representantes distribuídos em 47 (quarenta e sete) órgãos e entidades. Nos Plenários há 117 (cento e dezessete) representantes distribuídos em 76 (setenta e seis) órgãos e entidades com direito a voz e voto e 98 (noventa e oito) representantes, com direito a voz, distribuídos em 51 (cinquenta e um) Municípios e 3 (três) Universidades Públicas. Comparando-se o mandato anterior e o atual, verifica-se o aumento da participação de órgãos e entidades e de representantes indicados nas Câmaras Técnicas. A soma dos representantes indicados nas Câmaras Técnicas e dos representantes dos Plenários totaliza 1.072 (um mil e setenta e duas) pessoas; c) Foi elaborado pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ um material impresso que reúne orientações sobre a constituição e o funcionamento dos Plenários e das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ. O material apresenta as normas básicas de funcionamento dos Comitês PCJ e o papel, as atribuições e a importância da atuação de cada Câmara Técnica, em linguagem acessível e didática. Foi entregue aos membros das CTs no dia 18 de julho, durante a reunião de renovação das Câmaras Técnicas, bem como aos membros dos Plenários, na presente reunião. Está também disponível no site dos Comitês PCJ (<http://www.comitespcj.org.br/>); d) A Secretaria Executiva dos Comitês PCJ recebeu uma carta dos alunos do curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Gerenciamento dos Recursos Hídricos, da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP), para leitura e entrega à diretoria dos Comitês PCJ na presente reunião. A Sr^a. Ariella M. de Oliveira Montebello, aluna do referido curso e Coordenadora da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), realizou a leitura pública da carta, que foi entregue ao Presidente dos Comitês PCJ, Sr. Barjas Negri, em nome de todos os alunos. A carta foi redigida com os objetivos de agradecer a oportunidade oferecida, bem como manifestar o interesse dos alunos em atuarem como agentes multiplicadores, além de divulgar a importância do curso aos membros dos Comitês PCJ. A iniciativa de custear membros das Câmaras Técnicas em capacitações e cursos de pós-graduação é uma ação prevista no PAP-PCJ 2017-2020 e busca aprimorar o processo de tomada de decisão no âmbito dos Comitês PCJ, capacitando seus membros na gestão dos recursos hídricos; e) O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ, reiterou o informe da Secretaria de Desenvolvimento Regional, distribuído de forma impressa aos presentes, convidando a todos para participarem da audiência pública sobre os Projetos de Lei do Plano Plurianual do Estado de São Paulo – PPA 2020-2023 e da Lei Orçamentária Anual – LOA 2020, que ocorrerá no dia 02/08/2019, no auditório da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS), em Campinas/SP, que abrangerá a Região Administrativa de Campinas/SP. A audiência intenta debater com a comunidade regional as ações que estarão contidas nos processos de planejamento do Governo do Estado de São Paulo. Mais informações podem ser

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

obtidas nas páginas eletrônicas:
www.planejamento.sp.gov.br; www.fazenda.sp.gov.br e
365 www.saopaulo.sp.gov.br. **3.2. da Diretoria do CBH-
PJ1:** O Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Sidney José
da Rosa, Secretário-executivo do CBH-PJ1, que
informou que: **a)** No dia 11 de julho, durante a 2ª
Reunião Ordinária do CBH-PJ1, representantes do
370 Consórcio Profill-Rhama, responsável pela elaboração
do Plano das Bacias PCJ e dos Cadernos Temáticos que
o integram, com a supervisão da Coordenação de
Sistemas de Informações da Agência das Bacias PCJ,
apresentaram o escopo geral do Sumário Executivo que
375 corresponderá ao Plano Diretor de Recursos Hídricos da
UPGRH-PJ1 (Unidade de Planejamento e Gestão dos
Recursos Hídricos – Rios Piracicaba/Jaguari). A
discussão contribuirá para o alinhamento de ideias e
aspirações para a construção do documento, no qual
380 constarão ações para a melhoria da gestão dos recursos
hídricos na porção mineira das Bacias PCJ; **b)** Em
atendimento a demandas levantadas pela porção mineira
das Bacias PCJ, foram contratadas empresas para dar
apoio às atividades técnicas e administrativas do CBH-
385 PJ1, bem como para prestar apoio no deslocamento dos
membros do comitê mineiro em reuniões dos Comitês
PCJ. A empresa vencedora do processo licitatório para a
contratação de empresa gerenciadora que prestará de
serviços de assessoria técnica para apoio das atividades
390 do CBH-PJ1 é a “Novaes Engenharia”, que já iniciou a
fase de contratação de dois profissionais. Para o apoio
no fretamento de transporte executivo, atendendo à
demanda de locomoção dos membros do CBH-PJ1 para
as reuniões ordinárias, extraordinárias e de câmaras
395 técnicas, já estão em execução os serviços contratados
pela empresa “Apoio Car”. Ambos os contratos foram
assinados durante a 2ª Reunião Ordinária do CBH-PJ1,
ocorrida em 11 de julho; **c)** Parabenizou, enquanto ex-
aluno, a iniciativa de divulgação do curso de
400 especialização em “Gerenciamento de Recursos
Hídricos”, da FUMEP, e também aos envolvidos na
elaboração do Caderno de “Orientações sobre a
constituição e o funcionamento dos Plenários e das
Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ”, ambos de
405 relevante importância para a difusão de conhecimentos
sobre gestão de recursos hídricos e o funcionamento dos
Comitês PCJ. **3.3. da Fundação Agência das Bacias
PCJ:** O Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Sergio
Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ,
410 que informou que: **a)** Durante os dias 18 e 19 de julho,
participou representando a Fundação Agência das
Bacias PCJ, juntamente com o Sr. João José A. de
Abreu Demarchi, Coordenador da Câmara Técnica de
Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN)
415 e Secretário do GT-Mananciais (CT-RN e CT-Rural), da
quarta edição de um encontro latino-americano para
discussão sobre os fundos de água. O evento “*Cumbre
de Fondos de Agua – No hay agua que perder*” (Cúpula
dos Fundos Hídricos) realizado na Cidade do México e
420 organizado pela “*Alianza Latinoamericana de Fondos
de Agua*” (Aliança Latino Americana de Fundos de

Água) e “*Agua Capital*”, contou com a participação de
mais de 250 (duzentos e cinquenta) especialistas e
425 tomadores de decisão internacionais de diversos setores,
além de programação diversificada (conferências,
plenários, palestras e *workshops*) com o objetivo de
discutir os desafios globais, regionais e locais da
segurança hídrica, bem como tecnologias inovadoras
para a melhoria dos fundos de água. Participaram do
430 evento integrando a delegação brasileira: Agência
Nacional de Águas (ANA), Agência Peixe Vivo,
Agência da Bacia do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP),
Agência das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e
Jundiá (PCJ) e The Nature Conservancy (TNC Brasil).
435 Complementando a fala do Sr. Sergio, o Sr. José A. de
Abreu Demarchi, Coordenador da Câmara Técnica de
Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-
RN), salientou a importância do evento e do potencial
de prospecção de parceiros e investimentos para
440 projetos para conservação dos mananciais nas Bacias
PCJ; **b)** A Agência das Bacias PCJ, por meio de suas
Diretoria Técnica e Coordenação de Gestão, entrará em
contato com os membros dos Plenários dos Comitês
PCJ, nos próximos meses, para a divulgação de
445 informações e metas referentes ao Contrato de Gestão
003/ANA/2011. O Contrato de Gestão é o instrumento
que estabelece as responsabilidades e metas, além de
ratificar o papel da Fundação Agência das Bacias PCJ
como entidade delegatária das funções de Agência de
450 Água; **c)** Representantes da Agência das Bacias PCJ
estiveram presentes na 2ª Reunião Ordinária do CBH-
PJ1, que ocorreu no dia 11 de julho, em
Camanducaia/MG, em que foram entregues à Vice-
prefeita da cidade, Tânia Theodoro, o estudo de
455 viabilidade da construção e instalação de um
reservatório para contenção de enchentes em
Camanducaia/MG, em consonância com as propostas
elencadas no Plano de Macrodrenagem do município,
bem como o anteprojeto da obra do ribeirão Campestre,
460 ambos desenvolvidos pela Hidrostudio Engenharia. O
segundo passo do processo incluiu a execução do projeto
executivo, com previsão para o último trimestre de 2019,
o qual envolve o detalhamento das etapas para a
realização da obra, como cálculos estruturais, fundação,
465 licenciamento e outorga. Mais informações podem ser
obtidas na seção de “Notícias” do site da Agência das
Bacias PCJ:
<http://www.agencia.baciaspcj.org.br/novo/imprensa/noticias>; **d)** Nos dias 28 e 29 de agosto serão realizadas as
470 Reuniões Intercâmaras destinadas ao debate, pelas 11
(onze) Câmaras Técnicas temáticas dos Comitês PCJ,
do conteúdo das minutas dos 5 (cinco) Cadernos
Temáticos do Plano de Bacias. Visto que o Plano de
Bacias das Bacias PCJ está entrando na reta final de
475 discussão, salientou-se a importância da reserva dessa
agenda aos membros das Câmaras Técnicas, a fim de
que seja registrada uma participação maciça. As
reuniões ocorrerão no Centro das Indústrias do Estado
de São Paulo – Diretoria Regional de Jundiá/SP
480 (CIESP DR Jundiá). Em 28 de agosto (quarta-feira)

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

serão discutidos os Cadernos Temáticos de “Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias” e de “Enquadramento dos Corpos d’Água Superficiais”. No dia 29 de agosto (quinta-feira) serão discutidos os Cadernos Temáticos de “Garantia do Suprimento Hídrico”, “Águas Subterrâneas” e “Uso e Conservação da Água no Meio Rural e Recuperação Florestal”. **3.4. dos Membros dos Plenários:** O Sr. Moretti passou a palavra aos membros do plenário para apresentação de informes: **a)** O Sr. Alexandre Luís Almeida Vilella, Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) informou que se iniciou, em 1º de junho, o 3º ciclo de gestão conforme estabelecido nas resoluções ANA/DAEE referentes à outorga do Sistema Cantareira. O Sr. Alexandre informou que, de acordo com a Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 925, de 29/05/2017, que dispõe sobre as regras operativas da outorga do Sistema Cantareira, em vigência de 2017 a 2027, o ano foi dividido sob critérios hidrológicos em dois períodos, um que abrange os meses de junho a novembro, no qual a gestão das descargas do Sistema Cantareira para as Bacias PCJ é realizada pelos Comitês PCJ, por meio da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), denominado “período seco”, e um outro período, que abrange os meses de dezembro a maio, denominado “período úmido”, no qual a gestão das descargas do Sistema Cantareira para as Bacias PCJ é realizada pelos órgãos gestores e a SABESP. Destacou que, desde o início de junho, foram realizadas 20 (vinte) manobras de abertura e fechamento dos reservatórios, tanto nas calhas do Rio Atibaia, quanto do Rio Jaguari. Nesses dois meses de gestão, foram utilizados 20% (vinte por cento) do volume de 158 (cento e cinquenta e oito) bilhões de litros por ano disponíveis para utilização durante o período seco, previstos na outorga. Além disso, informou que o conjunto de reservatórios do Sistema Cantareira está operando com 54% (cinquenta e quatro por cento) de sua capacidade, o que, no ano passado, no mesmo período, estava na faixa de 40% (quarenta por cento). Embora as condições meteorológicas tenham contribuído para a reposição dos níveis dos reservatórios, políticas de racionalização do uso dos recursos hídricos harmonizadas com a realidade das bacias locais são decisivas para a garantia de oferta de água. Essa tem sido a postura adotada tanto na Grande São Paulo, quanto nas Bacias PCJ, para a gestão dos recursos hídricos. Também informou que foi assinado contrato entre a Agência das Bacias PCJ e a empresa Serg. Paulista Construções e Serviços Técnicos Ltda. para os serviços de limpeza da calha do Rio Atibainha, tendo já sido iniciados os trabalhos. Com a limpeza de troncos e de galhos caídos ao longo da calha, espera-se melhorar a condição de fluxo do Atibainha, de forma a tornar mais eficazes as descargas do Sistema Cantareira, evitando que em períodos de estiagem haja necessidade de liberar mais água que o necessário. Por fim, externou sua preocupação em relação a situações ocorridas no município de Piracaia/SP, em que a água

540 tem atingido estruturas próximas à calha do Rio Cachoeira. Salientou que o Rio Cachoeira tem sido uma das formas mais eficientes de liberar a água do Sistema Cantareira para a bacia do Rio Atibaia, pois pelo Rio Atibainha gasta-se o dobro do tempo. Espera-se que durante a revisão do Plano de Bacias das Bacias PCJ possam ser debatidas soluções para as inundações ocorridas em Piracaia/SP, sem trazer ônus ao abastecimento da população a jusante, permitindo que os volumes de água disponíveis para a região das Bacias PCJ possam ser escoados tanto pela calha do Rio Atibainha, quanto pela calha do Rio Cachoeira; **b)** O Sr. Paulo Roberto S. Tinel, Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), pediu a palavra para complementar a fala do Sr. Alexandre Vilella, quanto às ocorrências no município de Piracaia/SP. Salientou que os problemas de inundação têm limitado a descarga das vazões descarregadas pelo Rio Atibaia, as quais se destinam ao suprimento hídrico de uma das maiores manchas urbanas da região das Bacias PCJ, e poderiam ter sido evitados com um melhor planejamento na construção de obras empreendidas pelo município, como o Parque Ecológico e as pistas de caminhada, estruturas diretamente afetadas com o aumento das vazões no Rio Cachoeira. O problema se agrava tendo em vista que, dos 10 m³/s (dez metros cúbicos por segundo) permitidos pela outorga do Sistema Cantareira, 3,5 m³/s (três vírgula cinco metros cúbicos por segundo), isto é, menos da metade do que é permitido, já são capazes de afetar os trechos das referidas construções. Por fim, solicitou especial atenção dos órgãos outorgantes, fazendo menção ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e a Agência Nacional de Águas (ANA), para o auxílio na busca de soluções para esta problemática; **c)** A Sr^a. Roseli dos Santos Souza, representante da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH), do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), informou que após a reforma administrativa realizada pela Medida Provisória nº 870/19, a qual estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, as competências referentes à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei Federal nº 9.433/1997, foram transferidas para o recém-criado Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Nesse processo, houve a transferência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e da Agência Nacional de Águas (ANA) para a pasta. Informou que tem sido trabalhada a reestruturação do conselho, com proposta já encaminhada à Casa Civil, visando dar continuidade às atividades do CNRH. Por fim, se colocou à disposição para esclarecimentos de dúvidas relacionadas ao assunto; **d)** O Sr. Rodrigo Hajjar Francisco, representante do Fórum das Américas e representante dos Comitês PCJ no Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), informou que está aberto o período de inscrições para o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB). A 21ª

Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

600 edição do evento ocorrerá em Foz do Iguaçu/PR nos
dias 21 a 25 de outubro. O evento conta com
programação diversificada de palestras, conferências,
visitas técnicas e exposição de trabalhos, além de
encontros regionais dos comitês de bacias presentes,
com foco especial na promoção de espaços para a troca
605 de experiência entre os CBHs. As inscrições são
gratuitas e mais informações podem ser encontradas no
site do evento: <https://www.encob.org/>. **4. Assuntos a
deliberar: 4.1. Aprovação da Ata da 23ª Reunião
Ordinária, realizada em 28/06/2019, na FUMEP, em**
610 **Piracicaba/SP.** O Sr. Moretti explicou tratar-se de
minuta da ata da última reunião plenária, realizada no
Município de Piracicaba/SP. Questionou os membros
sobre a necessidade de sua leitura. Dispensada a leitura,
foi aberta a palavra para discussão e, não havendo
615 manifestações, colocou a minuta de ata em votação,
sendo a mesma aprovada por unanimidade. **4.2.
Aprovação do Relatório de Situação dos Recursos
Hídricos 2019 – Ano Base 2018 das Bacias
Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e**
620 **Jundiá;** O Sr. Moretti informou a todos que a Lei
Estadual Paulista nº 7.663/91, que dispõe sobre a
Política Estadual de Recursos Hídricos, determina que
seja publicado anualmente relatório sobre a “Situação
dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas” do
625 Estado de São Paulo, sendo 30 de junho a data limite
para a aprovação do documento pelos comitês de bacias
hidrográficas (CBHs) do Estado de São Paulo. Em 2019,
contudo, considerando as alterações na estrutura do
Governo do Estado de São Paulo e a consequente
630 dificuldade na obtenção e organização dos dados para
envio aos CBHs, a Coordenadoria de Recursos Hídricos
(CRHi) emitiu ofício prorrogando essa aprovação até 30
de agosto. O relatório tem por objetivos dar
transparência quanto à situação dos recursos hídricos
635 nas UGRHIs paulistas e subsidiar ações dos Poderes
Executivo e Legislativo nos âmbitos municipal, estadual
e federal. Também tem o papel de formular propostas de
ajustes aos planos de bacias hidrográficas. No âmbito
dos Comitês PCJ, a tarefa de acompanhar e avaliar a
640 elaboração dos Relatórios de Situação dos Recursos
Hídricos nas Bacias PCJ é atribuída à Câmara Técnica
do Plano de Bacias (CT-PB), por meio da Deliberação
dos Comitês PCJ nº 108/11. Em 2019, o
acompanhamento pela CT-PB do processo de
645 elaboração do Relatório de Situação pela Agência PCJ
foi dificultado em razão da intensa agenda de discussões
envolvendo a revisão do Plano das Bacias PCJ, bem
como do atraso no envio de dados pela CRHi. Optou-se,
assim, por avaliar o documento de forma conjunta em
650 reunião com a Câmara Técnica de Planejamento (CT-
PL), durante a 8ª Reunião Extraordinária Conjunta da
CT-PL e CT-PB, em Rio Claro/SP. O Sr. Moretti
ressaltou a importância do relatório tendo em vista que
o Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de
655 São Paulo – FEHIDRO o considera como um de seus
instrumentos para a orientação sobre a distribuição dos
recursos do fundo aos comitês paulistas. Após as

660 explanações, o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr.
Eduardo Cuocco Léo, Coordenador de Sistemas de
Informações da Agência das Bacias PCJ, para exposição
dos principais resultados do Relatório de Situação 2019
– ano base 2018. O Sr. Eduardo explicou que a estrutura
do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das
Bacias PCJ 2019, ano base 2018, é composta por: 1.
665 Introdução; 2. Caracterização da Área; 3. Síntese da
Situação dos Recursos Hídricos, em que foram
abordados os temas (i) Disponibilidade das Águas,
Demanda de Água e Balanço Hídrico, (ii) Saneamento
Básico, envolvendo Abastecimento de Águas,
670 Esgotamento Sanitário, Manejo de Resíduos e
Drenagem de águas pluviais;
(iii) Qualidade das águas superficiais e das águas
subterrâneas; 4. Avaliação da Gestão do CBH-PCJ; 5.
Retiradas do Sistema Cantareira; 6. Monitoramento de
675 Empreendimentos FEHIDRO - 2018; 7. Considerações
Finais; 8. Referências Bibliográficas; 9. Expediente; e
10. Anexos, integrados por (i) Anexo 1 – Precipitação
Pluviométrica Anual nas Bacias PCJ em 2018; (ii)
Anexo 2 – Aplicação dos Recursos Financeiros nas
680 Bacias PCJ no ano de 2017; e (iii) Anexo 3 – Principais
Deliberações dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ
FEDERAL e CBH-PJ1) aprovadas em 2018. Na
sequência, passou ao detalhamento dos tópicos relativos
à caracterização das Bacias PCJ. Após tal caracterização,
685 o Sr. Eduardo passou aos destaques do quadro-síntese
da situação dos recursos hídricos nas Bacias PCJ.
Quanto à disponibilidade per capita das águas
superficiais, destacou o valor de 971,08 m³/hab.ano,
caracterizado como índice crítico (abaixo de 1.500
690 m³/hab.ano), o qual, além disso, configura-se como a
menor disponibilidade de água, comparativamente,
entre 2014 e 2018. Também apresentou informações
sobre: a demanda de água por finalidade e tipo; balanço
hídrico; índices de saneamento básico (abastecimento de
695 água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos
sólidos), entre outros aspectos. Quanto à avaliação da
gestão dos Comitês PCJ, foram apresentadas, como
orientações, a manutenção de pautas que fomentem a
participação dos membros, o incentivo à realização de
700 ações de mobilização social, como a participação da
sociedade nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ e o
fortalecimento de mecanismos de divulgação e
comunicação, de modo a proporcionar maior
acessibilidade às informações técnicas e à disseminação
705 dos tópicos discutidos e encaminhados nas reuniões. O
Sr. Eduardo informou que foi identificado aumento, em
2018, na frequência média de participação dos membros
dos Comitês PCJ às reuniões plenárias, em relação a
2017, ano em que foram realizadas três reuniões
710 plenárias e registrada a frequência média de 52%
(cinquenta e dois por cento) de participação e a
aprovação de 25 (vinte e cinco) deliberações. Em 2018,
com a mesma quantidade de reuniões, foi registrada a
frequência média de 61% (sessenta e um por cento) de
715 participação e a aprovação de 24 (vinte e quatro)
deliberações. Após esta explanação, o Sr. Eduardo

Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

apresentou um panorama integrado das informações contidas no Relatório de Situação 2019 – ano base 2018, destacando que os dados analisados orientaram a proposição de ajustes de valores, constantes no Plano de Ações e Programa de Investimentos do Plano das Bacias PCJ, a serem investidos em programas relacionados ao PDC 3 - Controle de Poluição e ao PDC 5 - Combate a Perdas, os quais serão tema do próximo item de pauta, concluindo sua apresentação. O Sr. Moretti salientou aos presentes que o assunto foi discutido pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e a Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB) durante a 8ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB realizada em 05 de julho, em Rio Claro/SP, e abriu a palavra para manifestação dos membros e demais participantes. O Sr. Petrus Bartholomeus Weel, representante da Prefeitura Municipal de Holambra/SP, sugeriu a possibilidade de realização de um estudo de viabilidade de um sistema de tratamento de esgoto alternativo testado em Holambra/SP, que tem trazido resultados promissores de eficiência, sugerindo também a possibilidade de algum tipo de financiamento para fomentar alternativas de tratamento de esgoto como essa. Não havendo outras manifestações, o Sr. Moretti submeteu a votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 322/19, que “Aprova o “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2019 - Ano Base 2018” das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá”, sendo a mesma aprovada por unanimidade. **4.3. Atualização do Plano de Ação e do Programa de Investimentos constantes do Relatório Final da Etapa 1 da Revisão do Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, para o período de 2010 a 2020.** O Sr. Moretti explicou tratar-se de minuta de deliberação que atualiza o Plano de Ações e o Programa de Investimentos do Relatório Final da Etapa 1 da Revisão do Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para o período de 2010 a 2020. Lembrou que, além de aprovar os critérios, prazos e procedimentos para elaboração dos Planos de Bacia Hidrográfica – PBHs e do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos, a Deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo – CRH nº 146/12 estabeleceu que os PBHs deveriam apresentar um “Plano de Ação para a Gestão de Recursos Hídricos da UGRHI (Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos)” e seu respectivo “Programa de Investimentos”. Informou que o Relatório Final da Etapa 1 da Revisão do Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, para o período de 2010 a 2020, denominado Relatório II – Plano de Bacias, foi aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 288/18, de 27/04/18, em atendimento à Deliberação CRH nº 188/2016, de 09/11/16. Ressaltou que o Plano de Bacias das Bacias PCJ apresenta critérios para priorização dos investimentos em controle de poluição (PDC 3) e combate a perdas (PDC 5) nos municípios das Bacias PCJ, e que a Deliberação dos Comitês PCJ nº

297/18, de 28/06/2018, que define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada e Demanda Espontânea, listou, em seus Anexos VI e VII, os municípios prioritários para a realização dos investimentos. Informou que os municípios de Rafard/SP, Bom Jesus dos Perdões/SP e Analândia/SP, atendendo à referida deliberação, apresentaram propostas de empreendimentos a serem financiados, porém compreendendo valores abaixo do previsto no Plano de Ação e no Programa de Investimentos – PA-PI constantes do Tomo IV do Plano das Bacias PCJ vigente, o que resultou em saldo de recursos, o qual poderia ser utilizado para a indicação de empreendimentos em outros municípios. Ressaltou que o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2019 – Ano Base 2018, aprovado pela CT-PL na 8ª Reunião Extraordinária Conjunta com a CT-PB, em 05 de julho, e pelos Plenários dos Comitês PCJ com a Deliberação dos Comitês PCJ nº 322/19, de 26/07/2019, aprovada no item anterior de pauta da presente reunião, recomenda o ajuste do Plano de Ações e do Programa de Investimento do Plano das Bacias PCJ, de modo a ampliar a abrangência das ações de melhoria nos sistemas de tratamento de efluentes (PDC 3) e no controle de perdas hídricas na distribuição (PDC 5), complementando a priorização constante no plano. Após tais esclarecimentos iniciais, o Sr. Moretti passou a palavra para a Srª. Elaine Franco de Campos, Coordenadora de Projetos da Agência das Bacias PCJ, para a apresentação da proposta de atualização dos Quadros 22.20, referente ao Plano de Ação, e 22.21, referente ao Programa de Investimentos, constantes do Tomo IV do Relatório II do Plano das Bacias PCJ vigente. Foi apresentado, detalhadamente, o balanço de atualizações de valores dos recursos provenientes da Cobrança PCJ Paulista e da Compensação Financeira/Royalties para os PDCs 3 e 5. A proposta de atualização do Quadro 22.20 compõe o Anexo I da minuta de deliberação e intitula-se “Ações a executar do Plano de Ação: Investimento de curto prazo realizados desde 2016 e previstos até 2020 com recursos da cobrança estadual, federal e compensação financeira paulista: Orçamento, fonte de financiamento, prazo, tipo e área de abrangência”. O Anexo II apresenta a proposta de atualização do Quadro 22.21, e se intitula “Programa de Investimentos do FEHIDRO”. Realizadas as explanações, o Sr. Moretti abriu a palavra aos membros. Não havendo manifestações, colocou em votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 323, que atualiza o Plano de Ação e o Programa de Investimentos do Relatório Final da Etapa 1 da Revisão do “Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, para o período de 2010 a 2020”, sendo a mesma aprovada por unanimidade. **4.4. Indicação de empreendimentos para financiamento com recursos oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ – Cobranças PCJ e da Compensação Financeira/Royalties do**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

- 835 **setor hidroelétrico, referentes ao exercício de 2019.** O Sr. Moretti recordou aos presentes sobre os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 297/18, de 28/06/2018, e seus Anexos I a VII, que definiram, dentre outros itens, os critérios gerais e específicos, o cronograma de atividades e as ações passíveis de obtenção de financiamento com recursos da Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico e das Cobranças PCJ - exercício 2019. Relatou sobre a ampla divulgação do processo de inscrição, e o fato de terem sido realizados, pela equipe da Fundação Agência das Bacias PCJ, plantões para esclarecimentos de dúvidas sobre as condições de acesso aos documentos e o seu preenchimento. A seguir, explicou que o edital prevê recursos para projetos que atendam às ações e temáticas incluídas nos Programas de Duração Continuada (PDCs) do Plano das Bacias PCJ vigente, a fim de atender ao Decreto nº 61.430, de 17/08/2015, e às metas para efetivação do enquadramento dos corpos d'água das Bacias PCJ. Os PDCs foram alocados em grupos, sendo:
- 845 Grupo I – PDC 1: Bases Técnicas em Recursos Hídricos – SubPDC 1.2: Apoio ao planejamento e gestão de recursos hídricos, somente para Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Diretor de Combate às Perdas; Grupo II – PDC 3: Melhoria e Recuperação da Qualidade das Águas – SubPDC 3.1: Sistema de esgotamento sanitário; e Grupo III – PDC 5: Gestão da Demanda de Água – SubPDC 5.1: Controle de perdas em sistemas de abastecimento de água. A priorização dos municípios para a captação de recursos na modalidade “Demanda Priorizada” foi definida no Relatório Final da Etapa I da Revisão do Plano das Bacias PCJ 2010-2020. Os municípios não priorizados puderam participar do processo na modalidade “Demanda Espontânea”. Informou que foram recebidas, entre 06 e 08/11/2018, na sede da Agência das Bacias PCJ, inscrições de projetos para financiamento nas modalidades “não reembolsável” e “reembolsável”, destinados à obtenção de recursos financeiros da quota-parte do CBH-PCJ relativa à compensação financeira/royalties e das Cobranças PCJ, orçamentos de 2019 e 2020, segundo cronograma e regras definidas pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 297/18, de 28/06/2018. Após o processo de pré-qualificação, os empreendimentos inscritos foram analisados, no período de 09/11/2018 a 08/02/2019, pela Agência das Bacias PCJ, órgãos licenciadores e outorgantes e pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), com divulgação de resultados no site da Agência das Bacias PCJ em 13/02/2019. Os empreendimentos deferidos passaram por um período de avaliação quanto aos projetos e orçamentos, de 04/03/2019 a 17/05/2019, seguido de análise de pontuação, de 20/05/2019 a 24/05/2019, sendo realizada, por fim, a emissão de Declaração de Adequação Técnica e Financeira, bem como a divulgação, em 24/05/19, da classificação dos empreendimentos que obtiveram a declaração, em ordem decrescente da pontuação recebida. O Sr. Moretti passou a palavra para a Srª. Elaine Franco de Campos,
- 895 Coordenadora de Projetos da Agência das Bacias PCJ, que apresentou a relação de empreendimentos deferidos e indeferidos nas diversas fases de hierarquização dos projetos para indicação para financiamento no exercício 2019-2020: pré-análise de documentos; análise de enquadramento pelas Câmaras Técnicas; análise técnica e verificação de documentos. A Srª. Elaine informou que, dos 28 (vinte e oito) empreendimentos inscritos como “Demanda Priorizada” no processo de pré-qualificação, sendo 07 (sete) do PDC 3 e 21 (vinte e um) do PDC 5, 06 (seis) foram indeferidos, não se enquadrando nos critérios de seleção de projetos estabelecidos na Deliberação dos Comitês PCJ nº 297/18. Foram considerados aptos a captar os recursos 22 (vinte e dois) empreendimentos de “Demanda Priorizada” pré-qualificados, os quais prosseguiram no processo de pré-qualificação, com os ajustes solicitados pelas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, sendo 6 (seis) do PDC 3 e 16 (dezesseis) do PDC 5, somando um valor global total de R\$ 109.029.548,49 (cento e nove milhões e vinte e nove mil e quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e nove centavos) nesta categoria. Dos 10 (dez) empreendimentos inscritos como “Demanda Espontânea” no processo de pré-qualificação, sendo 9 (nove) do PDC 3 e 1 do PDC 5, 02 (dois) foram indeferidos, restando 08 (oito) empreendimentos de “Demanda Espontânea”, os quais foram pré-qualificados e prosseguiram no processo de pré-qualificação, atendendo aos ajustes solicitados pelas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, sendo 7 (sete) do PDC 3 e 1 (um) do PDC 5, somando um valor global total de R\$ 15.838.899,92 (quinze milhões e oitocentos e trinta e oito mil e oitocentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos). Assim, dos 22 (vinte e dois) empreendimentos pré-qualificados de “Demanda Priorizada”, após as complementações solicitadas pela Agência das Bacias PCJ, Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ e órgãos licenciador e outorgante, apenas 19 (dezenove) empreendimentos se inscreveram para o processo definitivo de seleção; ficaram, portanto, como suplentes, na “Demanda Priorizada”, 03 (três) empreendimentos. Dos 08 (oito) empreendimentos pré-qualificados de “Demanda Espontânea”, após as complementações solicitadas pela Agência das Bacias PCJ, Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ e órgãos licenciador e outorgante, apenas 05 (cinco) empreendimentos se inscreveram para o processo definitivo de seleção. A Srª Elaine salientou que dos 24 (vinte e quatro) empreendimentos pré-qualificados e inscritos no processo definitivo de seleção, havia recursos disponíveis para atender a 9 (nove) empreendimentos, de acordo com as categorias de recurso, a saber: a) Compensação Royalties: 01 (um) empreendimento, com valor pleiteado de R\$ 6.320.352,04 (seis milhões e trezentos e vinte mil e trezentos e cinquenta e dois reais e quatro centavos), contrapartida de R\$ 486.064,58 (quatrocentos e oitenta e seis mil e sessenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), totalizando R\$ 6.806.416,62 (seis milhões e

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

- oitocentos e seis mil e quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e dois centavos); b) Cobrança Paulista: 05 (cinco) empreendimentos, com valor pleiteado de R\$ 19.653.712,16 (dezenove milhões e seiscentos e cinquenta e três mil e setecentos e doze reais e dezesseis centavos), contrapartida de R\$ 3.526.237,27 (três milhões e quinhentos e vinte e seis mil e duzentos e trinta e sete reais e vinte e sete centavos), totalizando R\$ 23.179.949,43 (vinte e três milhões e cento e setenta e nove mil e novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e três centavos); c) Cobrança Federal: 03 (três) empreendimentos, com valor pleiteado de R\$ 2.768.392,73 (dois milhões e setecentos e sessenta e oito mil e trezentos e noventa e dois reais e setenta e três centavos), contrapartida de R\$ 4.190.764,22 (quatro milhões e cento e noventa mil e setecentos e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos), totalizando R\$ 32.933.221,15 (trinta e dois milhões e novecentos e trinta e três mil e duzentos e vinte e um reais e quinze centavos). Ao todo, os 9 (nove) empreendimentos somam R\$ 28.742.456,93 (vinte e oito milhões e setecentos e quarenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais e noventa e três centavos) em valor pleiteado, sendo R\$ 4.190.764,22 (quatro milhões e cento e noventa mil e setecentos e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos) em contrapartida, totalizando R\$ 32.933.221,15 (trinta e dois milhões e novecentos e trinta e três mil e duzentos e vinte e um reais e quinze centavos). A Sr^a. Elaine seguiu detalhando os empreendimentos indicados constantes nos anexos da minuta em questão. Informou que os empreendimentos com pendências de documentação terão o prazo de agosto de 2019 até o início de março de 2020 para a apresentação de documentos na Agência das Bacias PCJ. Essas informações serão encaminhadas por e-mail aos tomadores. O Sr. Moretti solicitou a correção pontual de um termo e, após a correção, abriu a palavra aos membros para manifestações. Não havendo, submeteu a votação a minuta de Deliberação dos Comitês nº 324/19, que “Indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ – Cobranças PCJ e da Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico, referentes ao exercício de 2019, e dá outras providências”, sendo a mesma aprovada por unanimidade. **4.5. Indicação do Diretor-presidente, do Diretor Técnico e do Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ;** O Sr. Moretti recordou aos membros sobre o conteúdo da Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09, de 28/08/2009, que aprovou os procedimentos para indicação dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal e indicou o Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ. O Sr. Moretti ressaltou que o Estatuto da Agência das Bacias PCJ prevê, no Inciso III, do Artigo 13, que o seu Conselho Deliberativo deve eleger, a cada 02 (dois) anos, o Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, cuja indicação deverá ser feita pelos Comitês PCJ. Ressaltou que a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) analisou os termos da minuta de deliberação durante sua 75ª Reunião Ordinária, em Rio Claro/SP, e aprovou a proposta da Diretoria dos Comitês PCJ aos Plenários, referente à manutenção da indicação do Sr. Sergio Razera, atual Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ e dos atuais Diretores Técnico, Sr^a. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, e Administrativo e Financeiro, Sr. Ivens de Oliveira. Após os esclarecimentos, o Sr. Moretti passou a palavra aos membros para manifestações. Foi sugerida a supressão de um dos parágrafos da seção de “considerandos”, relacionado aos Conselhos Fiscal e Deliberativo, pela não pertinência quanto ao assunto em pauta. Após correções, não havendo outras manifestações, o Sr. Moretti submeteu a votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 325/19 que “Indica o Diretor-presidente, o Diretor Administrativo-financeiro e o Diretor Técnico da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência das Bacias PCJ)”, sendo a mesma aprovada por unanimidade. O Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ solicitou a palavra para agradecer ao Presidente dos Comitês PCJ, Sr. Barjas Negri, e todos os membros do plenário pela confiança. Também agradeceu ao apoio da equipe de colaboradores da Agência das Bacias PCJ no alcance diário de metas para o melhor atendimento às demandas dos Comitês PCJ. O Sr. Sidney José da Rosa, Secretário-executivo do CBH-PJ1, aproveitou para externar os agradecimentos à diretoria da Agência das Bacias PCJ pelo pronto atendimento às demandas da porção mineira das Bacias PCJ. **4.6. Indicação dos órgãos e das entidades que irão compor o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ.** O Sr. Moretti lembrou que, conforme estatuto da Fundação Agência das Bacias PCJ, compete aos Comitês PCJ indicar os membros para compor os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, de acordo com a Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/2009, de 28/08/2009, que aprovou os procedimentos para indicação dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, os quais são eleitos entre os membros da CT-PL. Explicou também que, em decorrência da eleição e recomposição de representantes para os Plenários dos Comitês PCJ e a CT-PL, para o mandato 2019-2021, durante a 23ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, em 28/06/2019, em Piracicaba/SP, fez-se necessária a recomposição dos referidos Conselhos para este novo mandato. Complementou explicitando que o mandato dos atuais membros dos Conselhos termina em novembro/2019, e que não houve a recondução integral, para a CT-PL, das organizações que compunham os segmentos Municípios, Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Cívicas destes Conselhos, indicados por meio da Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 279/17, de 01/09/2017. Uma vez que tais membros não integram a atual

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

1075 composição da CT-PL, a vigorar entre durante o
mandato 2019-2021, foi necessário que houvesse a sua
recomposição. Primeiramente, seria necessário realizar
eleição para incluir, nestes Conselhos, membros que
1080 substituiriam os que não mais integram a CT-PL, de
modo a completarem o mandato 2017-2019, que se
finda em novembro de 2019, alterando-se, assim, os
termos da Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ
nº 279/17, de 01/09/2017. O Sr. Moretti explicou que tal
1085 eleição foi realizada durante a 75ª Reunião Ordinária da
Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), ocorrida em
05 de julho, em Rio Claro/SP. Também informou,
destacando que a composição do Segmento Estado
respeita disposições da Lei Estadual nº 10.020/1998,
1090 que a eleição para a composição dos Conselhos para o
mandato 2019-2021 foi realizada durante a referida
reunião, passando os mesmos a contar, o Conselho
Deliberativo, com os seguintes membros: 1) Segmento
Municípios: P.M de Limeira/SP, P.M. de Saltinho/SP,
1095 P.M. de São Pedro/SP, P.M. de Itatiba/SP, P.M. de
Holambra/SP e P.M. de Piracicaba/SP; 2) Segmento
Sociedade Civil: a) Organizações Cívicas: Consórcio PCJ,
Associação Amigos do Horto Florestal “Navarro de
1100 Andrade” – AAMHOR e Rotary International – Distrito
D4590; b) Usuários de Recursos Hídricos: ASSEMAE
– Associação Nacional dos Serviços Municipais de
Saneamento, CIESP – Centro das Indústrias do Estado
de São Paulo – Diretoria Regional de Limeira/SP e
1105 Sindicato Rural de Campinas/SP; 3) Segmento Estado:
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente,
Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento,
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e a
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São
Paulo – SABESP. A composição do Conselho Fiscal
1110 para o mandato 2019-2021 contará com os seguintes
membros: 1) Segmento Estado: Secretaria de Estado da
Saúde, Secretaria de Estado de Agricultura e
Abastecimento; 2) Segmento Sociedade Civil: a)
Organizações Cívicas: ÚNICA – União da Agroindústria
Canavieira do Estado de São Paulo; b) Usuários de
Recursos Hídricos: Sindicato Rural de Rio Claro; 3)
Segmento Municípios: P.M. de Campinas (titular).
Devido à ausência de manifestações para se ocupar a
1155

vaga de suplente do segmento Municípios, no Conselho
1115 Fiscal, durante a 75ª Reunião Ordinária da CT-PL,
sugeriu-se que a eleição para esta vaga deveria ser
realizada na presente reunião. Dessa forma, o Sr.
Moretti questionou aos representantes do município de
Amparo/SP, quanto ao interesse em ocupar a vaga no
1120 Conselho Fiscal, tanto para a vaga remanescente no
mandato 2017-2019, quanto em relação à continuidade
no mandato 2019-2021, tendo em vista que, dentre os
municípios aptos a assumir as vagas, apenas Amparo/SP
estava representado na presente reunião. Após a
1125 manifestação favorável dos representantes do município
de Amparo/SP, o Sr. Moretti abriu a palavra para
manifestações dos membros e, não havendo, colocou
em votação a composição dos Conselhos Deliberativo e
Fiscal, que foi aprovada por unanimidade. Na sequência,
1130 colocou em votação a minuta de Deliberação dos
Comitês PCJ nº 326/19 que “Altera a Deliberação *ad
referendum* dos Comitês PCJ nº 279/17, de 01/09/2017,
quanto à indicação de representantes dos segmentos
Municípios, Usuários de Recursos Hídricos e
1135 Organizações Cívicas para os Conselhos Deliberativo e
Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, para o
mandato 2017-2019, e indica os representantes dos
segmentos Órgãos de Governo, Municípios, Usuários de
Recursos Hídricos e Organizações Cívicas, para os
1140 Conselhos Deliberativo e Fiscal da Agência das Bacias
PCJ, para o mandato 2019-2021”, sendo a mesma
também aprovada por unanimidade. **5. Encerramento:**
5.1 Considerações Finais: O Sr. Moretti passou a
palavra ao Sr. Carlos Alberto Lisi, Prefeito Municipal
1145 de Saltinho/SP e anfitrião da reunião, que agradeceu a
presença de todos, desejando bom retorno e colocando o
município à disposição. **5.2. Encerramento:** Nada mais
havendo a tratar, o Sr. Moretti agradeceu novamente a
Prefeitura de Saltinho/SP pela cessão do espaço,
1150 reiterou o agradecimento a todos os presentes e, com
autorização dos presidentes, deu a reunião por encerrada.

JOSÉ MARIA DO COUTO

Presidente do CBH-PJ1 e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

BARJAS NEGRI

Presidente
do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL

SIDNEY JOSÉ DA ROSA

Secretário-executivo
do CBH-PJ1

LUIZ ROBERTO MORETTI

Secretário-executivo
do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL